

A escrita da história de Angola e os desafios da literatura ao campo

Carolina Bezerra Machado

Práticas da História, n.º 20 (2025): 83-110

www.praticasdahistoria.pt

This journal is funded by National funds through FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the projects UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDB/04666/2020), UIDP/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDP/04666/2020), UID/4666/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04666/2025), UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020, UID/4209/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04209/2025) and LA/P/0132/2020 (DOI: https://doi.org/10.54499/LA/P/0132/2020)

Práticas da História, n.º 20 (2025): 83-110

Carolina Bezerra Machado

A escrita da história de Angola e os desafios da literatura ao campo

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre como a produção literária angolana, a partir de romances do escritor Pepetela, amplia as possibilidades de repensarmos a historiografia. Durante as lutas de independência, a literatura foi um espaço de crítica social, afirmação nacional e combate à colonização. Após a independência, teve lugar um movimento de crítica ao Estado, que tornou possíveis novas abordagens sobre Angola, para além de uma história única. É, sobretudo, sobre esse segundo momento que irei me deter. Compreende-se, nesse sentido, que a literatura se constitui como um documento histórico, sujeito a disputas discursivas e campos de força. As vivências individuais e o imaginário ganham um novo olhar, agora mais atento às subjetividades, que influenciam diretamente também as narrativas historiográficas. O artigo problematiza a riqueza epistemológica que pode surgir do entrecruzamento entre história e literatura, principalmente ao encararmos esta última como uma escrita do real, entranhada de história.
Palavras-chave: Angola; história de Angola; historiografia; escrita do real; Pepetela.

Writing Angolan History and the Challenges Posed by Literature

This article aims to reflect how Angolan literary production expands the possibilities of rethinking historiography, starting from Pepetela's novels. During the struggles for independence, literature served as a space for social critique, national struggle, and resistance to colonization. After independence, a movement of criticism of the State emerged, enabling new approaches to Angola beyond a single, unified history. I will mostly focus on the latter. In this sense, literature is understood as a historical document, subject to discursive disputes and fields of power. Individual experiences and the imaginary acquire a renewed perspective, now more attentive to subjectivities, which also directly influence historiographical narratives. The article problematizes the epistemological richness that may arise from the intersection between history and literature, particularly when we regard the latter as a form of writing that represents the real, deeply entangled with history.
Keywords: Angola; Angolan history; historiography, writing of the real; Pepetela.

A escrita da história de Angola e os desafios da literatura ao campo

Carolina Bezerra Machado*

Introdução

> Seremos cada vez mais a levarmos a literatura às últimas consequências – portanto, às consequências a que deve ser levada a grande literatura –, seremos cada vez mais filhos da sociedade angolana e enteados do Estado angolano[1].

A passagem acima, declarada por Luandino Vieira[2], faz referência às críticas produzidas pelos escritores angolanos à formação do Estado em Angola. Ainda que as denúncias ao autoritarismo dos dirigentes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) sejam anteriores à própria constituição do Estado[3], a literatura do pós-independência

* Carolina Bezerra Machado (bezerra.carolina@ufabc.edu.br). https://orcid.org/0000-0002-2751-0786. Universidade Federal do ABC, Alameda da Universidade, s/n.º - Bairro Anchieta - São Bernardo do Campo - CEP: 09606-045, São Paulo, Brasil. Os debates apresentados ao longo do artigo foram inicialmente desenvolvidos na minha tese de doutorado, Relações de poder em Angola: uma leitura dos romances de Pepetela (1975-2005), apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2019. Artigo original: 2-11-2024; artigo revisto: 18-07-2025; aceite para publicação: 26-07-2025.

1 Luandino Vieira, in *Michel Laban, Angola: Encontro com escritores*, vol. 1 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991), 428.

2 Escritor angolano, agente do processo de independência de Angola ao lado do MPLA. Em 1961 foi preso no "Processo dos 50" e posteriormente transferido para a prisão de Tarrafal, sendo libertado apenas em 1972. Após a independência participou ativamente do governo, ocupando diversos cargos políticos.

3 Ver: Jean-Michel Mabeko-Tali, *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962–1977)*, vol. 1 (Luanda: Nzila, 2001).

enseja uma projeção pública das críticas ao desenvolvimento de um Estado corrupto e autoritário. Os escritores, por vezes envolvidos com o MPLA, tanto durante as movimentações pela libertação quanto na ocupação de cargos políticos no processo de construção do Estado, ora se afastaram do movimento, ainda durante o período colonial, ora foram incorporados ao governo pela proximidade com o próprio MPLA. Isso se deveu à composição social que formou o movimento, sobretudo, com militantes e adeptos provindos das camadas urbanas e letradas, contrários às posições mais exacerbadas do ponto de vista étnico e racial. Havia uma relação muito íntima entre os escritores e o poder político, o que possibilitou ainda a criação da União dos Escritores Angolanos (UEA) em 1975.

Embora essa relação não seja peculiar a Angola, é válido ressaltar a participação de escritores angolanos no processo de construção do Estado. Estes faziam parte de um grupo social com formação superior e um nível alto de instrução, o que possibilitou a incorporação deles na estrutura administrativa e burocrática do novo governo. O nível de escolaridade de Angola também era muito baixo e constituía uma preocupação para quem assumia o país. Do mesmo modo, a escassez de mão de obra qualificada para diversos setores em Angola levava ao improviso no sistema político[4]. Diante desse cenário, grande parte dos literatos angolanos passaram a ocupar os principais cargos políticos, sendo cada vez mais absorvidos pela estrutura burocrática do MPLA[5]. Ressalta-se ainda que grande parte dos escritores angolanos se identificavam com as pautas nacionalistas do MPLA. Pepetela[6], inclusive, afirma que a escrita de *O cão e os caluandas* (1985) foi caótica, em meio às diversas obrigações que tinha no governo,

4 Ricardo Soares de Oliveira. *Magnífica e miserável: Angola desde a guerra civil* (Lisboa: Tinta-da-china, 2015), 54.

5 É fundamental ressaltar que o primeiro presidente do país, Agostinho Neto, era médico mas também poeta. Para além dele, podemos destacar: Pepetela (vice-ministro de Educação), Uanhenga Xitu (ministro da Saúde), Manuel Rui (ministro da Informação), António Jacinto (ministro da Educação e Cultura), Manuel Pacavira (ministro dos Transportes). Além desses, diversos outros ocuparam cargos administrativos no novo governo, dentre eles: Luandino Vieira – diretor do Instituto Angolano de Cinema; Boaventura Cardoso – membro do Conselho Nacional de Cultura. Em: Silvio Carvalho Filho, *Angola: história, nação e literatura (1975–1985)* (Curitiba: Editoras Prismas, 2016), 44-45.

6 Escritor angolano, guerrilheiro e vice-ministro da Educação no pós-independência.

e que, por isso, escreveu o livro com estórias variadas, mudando por diversas vezes a narrativa e causando a impressão de uma quebra entre os episódios, ainda que seja considerado um romance pelo autor[7].

Ao nos voltarmos para a produção do imediato pós-independência de Angola, notamos que, do ponto de vista editorial, a aproximação com o governo por parte dos escritores foi harmoniosa de um modo geral. Até 1982, com a publicação do livro *Quem me dera ser onda* (1982) de Manuel Rui, houve um silêncio sobre a vida pós-independência do país. Prendiam-se ao que os uniu, à luta contra o colonizador, ao anti-imperialismo e à denúncia do neocolonialismo[8]. Para Michel Laban, a posição ocupada pelos escritores no pós-independência se deve a alguns aspectos que estão ligados diretamente à nova posição ocupada pela figura do escritor em Angola. Se antes ele era visto como um objeto do sistema colonial, agora ele passa a ser visto como sujeito do Estado angolano e à frente dos projetos políticos da sociedade, à medida que faz parte dessa reconstrução nacional. As responsabilidades adquiridas com a ocupação desses espaços levaram muitos a questionarem-se sobre as possíveis crises que poderiam ocorrer com a publicação de críticas por membros do partido. Devemos lembrar que o país atravessava uma guerra civil que durou de 1975 a 2002. Por mais que muitos escritores não concordassem com alguns rumos tomados pelo MPLA, sabiam que, ao levantarem-se para criticar, poderiam contribuir para agravar ainda mais a situação frente aos outros grupos que disputavam o poder – para Laban, "essa posição implicava a perda de uma faixa da liberdade, a perda da autonomia do sentido crítico"[9].

Cabe ainda destacar o que Pepetela denominou de "autocensura". Para o escritor, a crítica tardia pela literatura também provinha de uma censura indireta praticada pelos próprios literatos, uma vez que eram eles

7 Entrevista realizada por Frank Marcon com o escritor Pepetela, na cidade de Luanda, Angola, nos dias 13 e 14 de novembro de 2003, às 17h, no Espaço Bahia. Para a entrevista completa, ver: Frank Nilton Marcon, "Leituras transatlânticas: diálogos sobre identidade e o romance de Pepetela" (tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005).

8 Carvalho Filho, *Angola: história, nação e literatura*, 41.

9 Michel Laban, "Angola: escritores e poder político em Angola desde a independência", União dos Escritores Angolanos, acessado 20 de fevereiro de 2019,

os principais responsáveis pela publicação dos livros através de instituições como a União dos Escritores Angolanos (UEA) e o Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD). Até a década de 1980, essas instituições eram as responsáveis pela produção e circulação dos livros, assim como pela negociação com a publicação no exterior. Através de uma comissão de leitura, composta pelos escritores da UEA, escolhiam-se os livros a serem publicados. Todavia, como afirma Pepetela, por mais que as instituições responsáveis pelas publicações fossem em certa medida controladas pelo Estado, visto que os recursos derivavam do governo, não havia censura política, mas sim uma "autocensura". Os escritores, de fato, pensavam nas responsabilidades e nos possíveis perigos de criticar o MPLA. Ao lembrarmos os próprios impasses que Pepetela teve quando da publicação de *O cão e os caluandas*, em que por fim as células do partido decidiram que o livro não era contrarrevolucionário[10]. Desse modo, Laban chama a atenção para os limites que, sutilmente, eram colocados sobre a produção literária, deixando clara a ligação entre os escritores e o poder político[11].

Dentro desse cenário, as primeiras obras de crítica ao MPLA surgem utilizando os recursos da ironia e do humor, o que não significa de fato uma ruptura com aquele sistema político, pois não buscavam romper com o partido. Como apontado, a primeira obra foi *Quem me dera ser onda*, de Manuel Rui (1982). O escritor nesse momento fazia parte do governo como ministro da Informação e trazia uma crítica ainda dentro de um caráter reformista, que não buscava romper com o MPLA mas chamar a atenção para algumas práticas desvirtuosas dentro do regime político[12]. O romance conta a história de uma família que resolve criar um porco em seu apartamento no sétimo andar de um prédio no centro de Luanda. Se a princípio podemos nos enganar com a construção de uma narrativa que aparenta inocência pela narrativa, logo percebemos que o autor recorre à ironia para realçar as dificuldades que a sociedade passava em seu cotidiano, retratando as estruturas corruptas do Estado[13].

10 Marcon, entrevista a Pepetela.

11 Laban, "Angola: escritores e poder político".

12 Inocência Mata, "Literatura e política em Angola hoje", *Matraga* 19, n.º 31 (2012): 83-98.

13 Laban, "Angola: escritores e poder político".

A escolha do nome do porco "Carnaval da Vitória", por exemplo, faz referência ao desfile carnavalesco de 1978 que passou a ser assim denominado. Buscando desvincular a data do carnaval de uma festa litúrgica e promover um novo sentido para a festa popular, Agostinho Neto rapidamente escolheu uma nova data para a festança, que passou a ser o dia 27 de março, uma alusão à expulsão dos sul-africanos do território angolano em 1976, marcando a derrota da FNLA e a vitória do MPLA[14]. Por outro lado, podemos reconduzir ainda a escolha de Manuel Rui à euforia da retomada do carnaval de rua que marcou 1978 em contraste com os problemas internos na estrutura do regime, ressaltando as dificuldades alimentares existentes. Pois a escolha de criar um porco no apartamento era para conseguir fugir do "peixefritismo" como único alimento possível entre os populares[15].

Se, por um lado, o governo exaltava o Carnaval da Vitória, na prática diária da população apareciam as derrotas cotidianas. A escassez de alimentos em Luanda, a linguagem política que impregnava a capital angolana em um sentido retórico, a corrupção generalizada, principalmente com o crescimento do comércio clandestino, e a prática autoritária presente em diferentes instâncias e diluída nas práticas sociais do cotidiano aparecem pela primeira vez retratadas pela literatura através do livro de Manuel Rui.

Portanto, quando *O cão* e os *caluandas* (1985), de Pepetela, é publicado, já é possível um diálogo da sua obra com outros escritores que estão começando a refletir sobre os rumos da política angolana após a independência. Destacam-se *Os anões e os mendigos* (1985), de Manuel dos Santos Lima, e *Na Mbanza do Miranda* (1985), de Arnaldo Santos. Assim, por mais que Pepetela afirme que naquele momento abordar claramente os problemas estruturais de Angola seria muito difícil[16], a crítica já estava presente, mas dentro de limites que o escritor angolano conhecia e nos quais se manteve. Escrevia como um militante que objetivava corrigir comportamentos, e não romper com o MPLA.

14 Andrea Marzano, "'Nossa dança, nossos pais, nossos filhos': apontamentos para uma história social do carnaval luandense", *Revista TEL* 7, n.º 2 (2016): 67-88.

15 Manuel Rui, *Quem me dera ser onda* (Rio de Janeiro: Ghriphus, 2005).

16 Marcon, entrevista a Pepetela.

Reconhecer esse papel que a literatura teve na vida política do país é fundamental para também refletirmos sobre o quanto a leitura desses romances a contrapelo possibilita apontar para uma outra dimensão na sua escrita. Se por vezes as narrativas foram combativas contra o colonizador, no momento pós-independência assumem a vanguarda de crítica, mesmo que interna, a um regime de Estado que se estabeleceu pós-1975. Desse modo, nos ajudam a refletir sobre a entrada de novos sujeitos e novas narrativas nos romances da década de 1980, o que contribui para repensarmos a história angolana por outras chaves. As subjetividades contidas nesses livros e as histórias por vezes silenciadas possibilitam romper com uma perspectiva que homogeneizava a história do país em torno do controle que o MPLA buscava sobre a história da independência do país.

Ao nos voltarmos para a história do pós-independência em Angola, somos envolvidos pelas disputas políticas e sociais que vinham desde o colonialismo. A assinatura do cessar-fogo, em 1975, entre os três principais grupos envolvidos nas lutas de libertação e Portugal foi o primeiro passo para a tentativa de reconstrução do país, assim como para a construção de uma identidade nacional[17]. Todavia, como se sabe, isto não foi suficiente para garantir o fim do conflito armado, que então se transformava em guerra civil.

Ainda que o MPLA tenha assumido o governo como um partido único, estava longe de constituir uma homogeneidade política no país, o que fica evidente pelas inúmeras dissidências que ocorreram ao longo do tempo[18]. O interesse em escrever a história do país a partir da perspectiva do colonizado, como podemos ver no livro *A história de*

17 Referência ao Acordo de Alvor assinado em 1975 e que pretendia a formação de um governo de transição formado pelos três principais movimentos de libertação do país: a UNITA, o MPLA e a FNLA. Ver: Kelly Araújo, "Um só povo, uma só nação: o discurso do Estado para a construção do homem novo em Angola" (dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2005), 47.

18 Destaca-se, ainda durante o período colonial, as revoltas que apontam para as dissidências internas do MPLA: a Revolta de Jibóia (1969), primeira grande manifestação contrária às hierarquizações do movimento; a Revolta do Leste (1972), sob a liderança de Daniel Chipenda; a Revolta Ativa (1974), que defendia uma maior abertura democrática no MPLA; e a Revolta Nitista (1977), liderada por Nito Alves, já no período pós-independência. Ver: Mabeko-Tali, *Dissidências e poder de Estado*, 135-136.

Angola, organizado por Pepetela e que fez parte dos projetos do Centro de Estudos Angolanos, não foi fortuito[19]. Havia o interesse em escrever uma história e constituir uma ideia de nação amparadas nos interesses do MPLA, em que este figurasse como vanguarda do processo de independência.

Devemos ressaltar o quanto, em Angola, a história eleita para a construção identitária da nação se centrou na memória política da luta de libertação, tendo sido essa memória selecionada a partir do MPLA, e deixando ainda de fora as dissidências internas e as tensões existentes. Mais do que isso, a memória construída em torno da experiência da luta de libertação, tornada oficial pelo MPLA, continua a iluminar o passado, a guiar a atual vida política e a projetar o futuro, sem deixar muito espaço para outras narrativas. A produção historiográfica no país foi tardia, assim como o avanço das ciências sociais, o que contribuiu para desenvolvimento de uma história oficial contada a partir do MPLA[20].

Nascido como um movimento que lutava pela libertação de Angola, o MPLA se destacou pela preocupação, desde os tempos de guerrilha, com um projeto nacionalista. Foi o único dos três movimentos a investir em um novo projeto nacional após a independência, distante dos tradicionalismos defendidos outrora[21]. Embora o movimento também acreditasse, nesse período, que a consciência nacional deveria ser forjada na luta, havia uma tentativa constante de trazer discussões políticas para dentro das suas reuniões, incitando uma reflexão para a construção de uma identidade nacional comum frente à diversidade cultural existente em Angola[22]. A institucionalização da cultura no país era uma das principais propostas do MPLA que, para o efeito, lançou mão da criação da União dos Escritores Angolanos (UEA), que reuniu

19 Para mais sobre a produção dessa obra, ver: Fábio Baqueiro Figueiredo, "Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos" (tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2012).

20 Para mais, ver: Marcelo Bittencourt, "História contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas", em *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação* (Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000), 161-185.

21 Marcelo Bittencourt, "Angola: tradição, modernidade e cultura política", em *Tradições e modernidades*, ed. Daniel Aarão Reis *et al.* (Rio de Janeiro: FGV, 2010), 138.

22 Araújo, "Um só povo, uma só nação", 73.

a ampla maioria dos escritores de Angola, incentivando a sua produção e investindo no papel preponderante da literatura para a consolidação de um projeto nacional. Mas essa iniciativa não quer dizer que esse projeto de nação não tenha sido constituído dentro de fragilidades.

A construção da nação no pós-independência: "Você julga que isso ainda é terra de colono?"

Ao nos valermos de referenciais conceituais como nação, nacionalismo e identidade nacional cabe desenvolver uma breve análise acerca do que esses termos implicam e como nos podem ajudar a compreendermos a vida social e política angolana. A ideia de nação que conhecemos hoje está vinculada, sobretudo, à modernidade, à medida que está atrelada a uma ideia de Estado e corpo político representando um todo. Todavia, a imprecisão sobre o conceito de nação ainda faz parte de um debate amplo. A Revolução Francesa marca um importante momento em que tivemos, claramente, a união da tríade Estado, nação e povo. Para Hobsbawm, o ideal de povo soberano surgido nesse momento vinculou indubitavelmente a nação ao território, mas, por outro lado, não é claro o que constitui "um povo". Para o historiador, não "há conexão lógica entre o corpo de cidadãos de um Estado territorial, por uma parte, e a identificação de uma 'nação' em bases linguísticas, étnicas [...] que permitam o reconhecimento coletivo do pertencimento de grupo"[23]. A formação dos Estados nacionais, portanto, é vista como um fato historicamente ocorrido, mas os debates em torno do que é uma nação enquanto expressão de nacionalidade ainda levantam questionamentos.

É evidente, para Hobsbawm, que esses fatores étnicos, linguísticos e religiosos existentes entre um determinado grupo contribuem para que esse processo de unidade seja mais fácil. Assim, tanto os Estados como os movimentos nacionais, ao mobilizarem certas variantes de um vínculo coletivo já existente (por ele chamado de protonacionalismo), tornam esse ideal mais natural, o que levou às primeiras interpretações sobre o conceito. Mas, como o historiador defende, esse *a priori* não é

23 Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismos desde 1780* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990), 32.

fundamental para que existam laços para o surgimento de um Estado-nação, noções que permitiram o tema ser revisitado e questionado a partir da década de 1970[24]. Historiadores como Eric Hobsbawn, Ernest Gellner e Benedict Anderson exploraram a construção cultural que cercava o nascimento das nações. Os símbolos, memórias e tradições passaram a ser valorizados como meios utilizados para a afirmação e legitimação nacional. Nesse sentido, longe de ser algo natural, para esses intelectuais a nação é construída e imaginada a partir de diferentes interesses.

Nas palavras de Benedict Anderson, um dos intelectuais mais influentes sobre o assunto desde a década de 1980, a nação é uma "comunidade imaginada"[25], pois os membros de uma nação estão ligados por laços comunitários que os aproximam, por mais que a maioria desses homens nem sequer se conheçam. Há, nesse caso, um desejo de se manterem próximos a partir de componentes variados. Todavia, isso não quer dizer que a ideia de nação seja ilusória e irreal, mas que entre signos e valores que estão amparados nas concepções subjetivas existem também as dimensões objetivas que lhe atribuem formas concretas. Ou seja, quando Anderson tensiona ser a nação "imaginada", esta não deve ser interpretada no sentido de inventada, mas no sentido de termos que nos voltar para o imaginário que mobiliza, inclusive, as ações políticas, para compreendermos a concepção fraterna que guarda o termo e aproxima pessoas tão distantes[26]. Ao conceituar as nações como "fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem serem analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns", Hobsbawm formula a principal crítica desses intelectuais aos estudos anteriores sobre o tema[27]. A partir desse

24 Hobsbawm, *Nações e nacionalismos*.

25 Em diálogo com as pesquisas de Ernest Renan, para quem a nação já teria sido referida como algo imaginário à medida que a sua essência está pautada sobre um desejo compartilhado de vida coletiva em que as noções sobre raça, língua e religião não seriam suficientes para compreendermos e definirmos a nação.

26 Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional* (São Paulo: Ática, 1989), 14-15.

27 Hobsbawm, *Nações e nacionalismos*.

momento importa compreender de que forma as pessoas se relacionam e se envolvem com a ideia de nação, tal como é representada em sua cultura nacional. Compreende-se que, por mais que a ideia de nação seja formulada a partir de interesses políticos e a partir de um pequeno grupo da elite, as noções de lealdade e identificação à nação só podem ser analisadas a partir do modo como as pessoas transformam essas ideias em significados que dialogam com as noções de identidade[28].

A este propósito, Partha Chatterjee é um dos principais questionadores da noção de nação amparada nas concepções políticas ocidentais. Para o cientista político indiano, uma leitura do tema a partir de Anderson leva-nos a considerarmos o "mundo pós-colonial como meros consumidores da modernidade" europeia. Por mais que Chatterjee reconheça a importância da Europa para o desenvolvimento da ideia de nação, ele argumenta que a imaginação nacionalista da Ásia e da África "baseia-se não em uma identidade, mas em uma diferença em relação às formas 'modulares' da sociedade nacional propagada pelo Ocidente moderno". Ou seja, o nacionalismo criado dentro de uma perspectiva anticolonial passa a criar o seu "próprio campo de soberania" muito antes das lutas políticas pela independência[29].

A partir dessa perspectiva, Chatterjee defende que os nacionalistas africanos e asiáticos dividiam o mundo das instituições e das práticas sociais em dois domínios: o material e o espiritual. Enquanto o primeiro se apresentava em um nível "externo", a partir dos estudos da economia, política, ciência e tecnologia, dominados pelo Ocidente, o espiritual, por sua vez, fazia parte de um domínio "interno", responsável por moldar as identidades culturais. É a partir desse ponto que o cientista político defende o desenvolvimento de um projeto de cultura nacional moderno, mas não ocidental. Assim, afirma que se nos prendermos aos "textos convencionais, em que a história do nacionalismo

28 Compreende-se identidade como um conceito móvel, "uma construção social e simbólica dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto". Ver: Cecília Azevedo, "Identidades compartilhadas. A identidade nacional em questão", em *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*, ed. Rachel Soihet e Martha Abreu (Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009), 43.

29 Partha Chatterjee, "Comunidade imaginada por quem?", em *Um mapa da questão nacional*, ed. Gopal Balakrishnan (Rio de Janeiro: Contraponto, 2000), 229.

começa a partir da disputa pelo poder político, [perdemos] de vista a dinâmica desse projeto histórico"[30].

A partir destas perspectivas, podemos notar o quanto as leituras sobre a nação propostas nos romances de Pepetela estão em diálogo com uma literatura que, historicamente, tem como característica fundamental escrever/pensar a nação angolana a partir dos seus fatores internos, por mais que também se valha de recursos e signos externos. O processo de criação de identidades perpassa fundamentalmente o ato de imaginá-la em contraponto aos registros das escritas coloniais ao valorizar os diferentes sujeitos envolvidos nesse processo[31]. Essa escolha possibilita que fiquemos atentos aos novos signos, costumes e tradições encenados nos romances angolanos. Podemos, assim, ampliar as complexidades existentes no processo de criação do país ao nos deparamos com um rico processo de construção simbólica que traz à tona novos elementos para o desenvolvimento da nação.

O trecho em destaque abaixo faz parte de um diálogo entre Aníbal, o grande herói de *A geração da utopia* (1992), e Orlando, namorado de Judite, filha de Sara – jovem estudante, frequentadora da CEI (Casa dos Estudantes do Império) e envolvida com os movimentos nacionalistas. Compõe ainda o último capítulo do romance (com o título "O templo"), que cronologicamente se desenrola a partir de 1991:

> Até mesmo no seio das grandes famílias se mantinha a divisão de estatuto social entre os que tinham sido donos de escravos e os descendentes de escravos, entre os filhos da casa e os filhos do quintal. Eram conversas e *makas* que acompanharam a minha meninice no bairro operário, sei do que falo. Isso deixou ressentimentos, marcou os comportamentos, dividiu a elite[32].

30 Chatterjee, "Comunidade imaginada por quem?", 231.

31 Frank Nilton Marcon, "Os romances de Pepetela e a imaginação da nação em Angola", *História Revista* 16 (2011): 39.

32 Pepetela, *A geração da utopia* (São Paulo: Leya, 2013), 371.

Nesse momento, os personagens envolvidos estão conversando sobre os rumos políticos do país, principalmente com a aproximação das eleições[33]. É um debate que traz considerações interessantes acerca do nacionalismo angolano, do passado colonial e das divisões sociais que se estabeleceram no país e que até então seriam responsáveis pelas desigualdades existentes, de acordo com a narrativa do romance. Aníbal apontava para alguns dos problemas sociais de Angola que contribuíram para a formação da nação e do Estado angolano, inclusive, chamando a atenção para a cisão que há dentro da elite angolana, a urbana e a tradicional[34]. Nesse sentido, é válido retomarmos o trabalho de conclusão que Aníbal defendeu em seu curso de Filosofia e História, ainda na época da Casa dos Estudantes do Império[35]. Ele, após "uma análise política e social do período colonial do século XIX"[36], teria chegado à conclusão de que a "burguesia nacional angolana" teria sido desmontada pelo Estado português, o que teria dificultado o processo de conscientização da sua diferença, assim como o desenvolvimento de uma autonomia política baseada nos pressupostos liberais da Revolução Francesa[37]. Esse desmonte seria analisado mais tarde por Aníbal, em diálogo com Orlando:

> O termo crioulo presta a confusão e por isso não gosto dele. Talvez o adjetivo angolense fosse mais correto. De qualquer modo, essa camada social misturada culturalmente e até mesmo racialmente era a única capaz de olhar para a frente e unir o país, porque era a única com uma ideia de nação. Mas estava demasiado marcada pela sua própria trajetória ambígua. Tinham sido os intermediários da colonização, embora gritando contra ela. Reclamavam a defesa da raça negra e desprezavam os direitos das

33 Em 1992 teríamos as primeiras eleições multipartidárias em Angola.

34 Pepetela, *A geração da utopia*, 372.

35 Esse momento se passa no primeiro capítulo do romance.

36 Pepetela, *A geração da utopia*, 20.

37 Pepetela narra o quanto sua tese pareceu uma provocação ao regime colonial. Por isso, inúmeras vezes foi chamado à PIDE. Pepetela, *A geração da utopia*, 20.

> populações do interior, considerando-as incivilizadas. Exigiam autonomia e, ao mesmo tempo, beneficiavam da dependência[38].

A partir dos debates historiográficos, podemos ver como essa posição se reflete nas crises internas do MPLA que, de acordo com Christine Messiant, iriam além das diferenças étnicas[39]. Pois, estas tensões resultariam de uma luta pelo poder político, pautada sobretudo pelas diferenças presentes na elite angolana, envolvidas pelas diferenças culturais e sociais desenvolvidas historicamente, especialmente durante a colonização portuguesa. Poderíamos, assim, considerar a existência de uma elite mais antiga, composta por mestiços e negros, os "assimilados", descendentes de uma elite instalada em Luanda há muitos anos, e uma nova elite, majoritariamente negra, em que o contato com a administração colonial portuguesa seria mais recente[40]. Essas diferenças, como aponta Aníbal no romance, foram cruciais para as crises políticas internas que decorreram após a independência.

Portanto, quando a historiadora angolana Conceição Neto chama a atenção para "as fronteiras por dentro da nação", que trazem para o primeiro plano "os desequilíbrios regionais, sociais e étnicos" que continuam sendo um desafio para a construção de uma angolanidade[41] no pós-independência, ela propõe demonstrar as contradições ainda existentes dentro do espaço territorial angolano, constituídas entre o período colonial e o pós-colonial. Por isso, a realidade nacional angolana deve ser pensada a partir das fronteiras que cruzam o seu processo de formação, que se inicia ainda durante a fase da colonização. Nesse sentido, traz reflexões também sobre a ausência de uma burguesia nacional angolana, do mesmo modo que Aníbal.

Enquanto o controle dos meios de produção permanecia sob o domínio dos portugueses, durante o período colonial, qualquer tentativa

38 Pepetela, *A geração da utopia*, 371.

39 Christine Messiant, "Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition I", *Lusotopie* 1 (1994): 155-210.

40 Messiant, "Angola, les voies de l'ethnisation".

41 Maria Eugénia da Conceição Neto, "As fronteiras por dentro da nação: divisões étnicas, socioeconómicas e sociopolíticas numa perspectiva histórica", comunicação apresentada na conferência *Angola: a crise e o desafio democrático*, Luanda, 24-26 de agosto de 1992.

de predomínio de uma burguesia nacional angolana forte era impedida. Essa realidade ainda é agravada pela restrição do acesso ao ensino, a baixa industrialização e desenvolvimento tecnológico[42]. Desse modo, não há como imaginar a construção da nação angolana após a independência sem levar em consideração o processo histórico que formou a sociedade. O fosso social entre diversos setores sociais foi tecido ao longo da historicidade do país.

Ao levarmos em consideração esses debates, quando Pepetela constrói, em sua narrativa, uma crítica que considera os fatores históricos para a formação da nação, ele vai além das críticas maniqueístas em que prevalece uma interpretação que prioriza os condicionamentos externos como principais responsáveis pelos problemas pré e pós-independência, ou mesmo a centralidade étnica[43]. O escritor lança luz sobre um debate que só posteriormente viria a ser mais desenvolvido pelas ciências sociais. Como salienta Bittencourt, a inserção de Angola no cenário conflituoso da Guerra Fria acabou favorecendo uma análise histórica que dá particular destaque aos condicionantes externos pelos problemas do país, discurso que seria inclusive adotado por políticos do MPLA, que utilizariam essa retórica para justificar as dificuldades enfrentadas por seu governo[44].

Assim, ao encontro de um discurso que vinha sendo reforçado ao longo da década de 1990, Pepetela chama a atenção da camada intelectualizada da sociedade para os problemas que vinham sendo enfrentados, principalmente pela permanência da guerra. A partir dos seus personagens, o escritor aponta para os desvios de um grupo social que esteve à frente das lutas pela independência e que era o único que tinha possibilidades de implementar a mudança, por estar ciente das marcas de desigualdade que formaram a sociedade angolana, causando ressentimentos e problemas, como se torna evidente na fala de Aníbal:

42 Neto, "As fronteiras por dentro da nação", 6-7.

43 Bittencourt, "Angola: tradição, modernidade e cultura política", 130.

44 Bittencourt, "Angola: tradição, modernidade e cultura política", 130.

> Mas os intelectuais tinham obrigação de se aperceberem deles desde o princípio e terem conseguido superá-los. No entanto, carregavam o pecado original, os privilégios do passado. E como todos os cristãos, tinham de se mortificar pelo pecado que carregavam dos antepassados. Tornaram-se intelectuais com vergonha de o ser. Não exerceram o seu papel de intelectuais, aqueles que mostram o caminho. Chegaram ao ponto de aceitar serem considerados por alguns ditos dirigentes como inimigos de classe por terem estudado mais que os outros. E batiam no peito, *mea culpa, mea culpa*. Quando os intelectuais se demitem, é evidente que a sociedade perde o norte, vai buscar outros valores, geralmente à mediocridade. Esse é o problema que estamos com ele[45].

As "fronteiras" que existem em Angola aparecem nesse romance em uma perspectiva social e historicamente construída. Diferente de *Mayombe* (1980), em *A geração da utopia* (1992) a questão nacional não vai muito além dos debates étnicos e raciais. Por outro lado, no romance criticam-se as escolhas que os novos dirigentes do país fizeram, apontando para as responsabilidades deles de conduzir o país após a independência. Do mesmo modo, aponta-se para a renúncia dos intelectuais em liderar um movimento que pudesse levar a uma Angola menos desigual, principalmente ao apontar os desvios políticos desse grupo ao longo do caminho, que não renunciava aos seus privilégios sociais conquistados após a independência. Assim, de diferentes formas, os romances de Pepetela retratam as permanências indesejáveis do tempo colonial que ainda contribuem para as diferenças existentes no país. Também apontam, por outro lado, as responsabilidades dos angolanos que lideravam os movimentos nacionalistas.

Um nacionalismo que ainda aparece fraturado, como vimos, mesmo entre os membros do Estado. Escrito entre 1979 e 1985, *O cão e os caluandas* (1985) é marcado por uma narrativa irônica, que traz um discurso em que se destacam as fraturas regionais e raciais ainda insistentes

45 Pepetela, *A geração da utopia*, 373.

em Angola. Por meio da construção de personagens de origem do Catete, região de Angola em que nasceu Agostinho Neto, considerada por muitos críticos ao MPLA como um espaço em que as ideias do partido tinham grande força, somos remetidos às permanências de algumas ideias que nos apontam para as diferenças sociais ainda existentes no cotidiano dos indivíduos:

> Desde que o colono bazou, passou ainda pouco tempo. Mas como querem que se ponha esta babilônia em ordem se aqui vivem malanjinos, ilhéus, ambakas, umbundos, quiocos e até mesmo mulatos? Dos brancos já nem se fala, é uma confusão de brancos de vários cambiantes, angolanos (dizem!), suecos, franceses, soviéticos, brasileiros, cubanos, portugueses... nos kikongos que sonham tornar Luanda na nova capital do novo Reino do Kongo (julga que não lhe conheço os intentos?). E os lingalas então, os recentíssemos angolanos? Isto é uma Babilônia ingovernável, uma Torre de Babel. (...) De quem é a culpa? A gente não trabalha, dizem os não filhos da terra. Mas nós, os genuínos, sabemos que o problema reside na diversidade da população. Não é possível: malanjino com ambaka e bailundo não dá. Só servem para estragar, sujar, não são civilizados. Daí vem o drama todo. Se me deixassem, expulsava daqui todos os não genuínos, todos, esses é que empestam a cidade. Ia ver que num mês Luanda era uma cidade orgulho nosso[46].

O destaque dado ao trecho acima tem novamente como objetivo problematizar alguns pontos fundamentais para compreendermos Angola após a independência. Primeiro, ao ressaltar que os preconceitos ainda existentes no país são narrados a partir de um personagem que se identifica com a tradição dos homens do Catete, o escritor permite novamente uma alusão às diferenças entre a teoria e a prática no pensamento político de pessoas próximas ao MPLA. Outra questão,

46 Pepetela, *O cão e os caluandas* (Lisboa: Dom Quixote, 2006), 18.

pertinente à passagem escolhida, aponta para o quanto o problema da construção de uma identidade nacional angolana não tinha apenas o colonialismo como entrave, o grande problema residia ainda na diversidade linguística, étnica, regional e racial que não deixou de existir. Assim, as histórias narradas nos romances propõem tornar visíveis as diferenças na vida cotidiana da população. A angolanidade do branco continua sendo constantemente contestada. Nos romances, os angolanos "genuínos" seriam aqueles de pai e mãe angolanos, nascidos em Angola.

Dentro da mesma história do trecho acima, o narrador-personagem evidencia o quanto os brancos, e os que antes eram tratados com privilégios, vinham acompanhados de desconfianças. Ao falar sobre os cães, que nos tempos coloniais eram utilizados pela polícia portuguesa, diz: "E então? Estes cães serviam para guardar as casas dos colonos, não deixavam entrar nenhum bumbo[47] que não fosse criado da casa. Mordiam os negros, rosnavam nos mulatos, lambiam as mãos dos brancos."[48] Em tom de ironia, o escritor vai destacar a permanência dos conflitos, pois, segundo o narrador, o Cão já teria o "vírus do ódio ao negro, da desconfiança ao mulato, do respeito ao branco". Ou seja, não importavam as mudanças políticas que fossem feitas ou a educação que lhe fosse ofertada, o Cão iria "morrer racista", pois "filho de cobra é cobra"[49], afirma o narrador a Malaquias, um dos personagens do livro que defendia que o fato de o Cão ter nascido após a independência o livraria dos preconceitos do colono.

Uma série de fatores que contradizem a ideia de unidade nacional são apresentados como persistentes na sociedade. Chama ainda a atenção, nesse romance, o quanto os "homens do mato"[50] serão constantemente retratados ao longo da narrativa como inferiores pelos personagens da cidade de Luanda: "Uns camponeses ignorantes que apanharam a boleia da independência para viver numa cidade, a confundirem ordem com burocracia." E o funcionário de uma das repartições do governo continua:

47 Termo pejorativo para referir-se a pessoas negras.

48 Pepetela, *O cão e os caluandas*, 20

49 Pepetela, *O cão e os caluandas*, 20.

50 Referência pejorativa àqueles que são do interior de Angola.

"Mas essa gente não percebe nada da arte de governar um país, pudera, a maior parte veio do mato agora e do Zaire"[51].

É notório o quanto as políticas coloniais se impuseram às novas relações sociais e de poder mesmo após a Independência. O fosso social entre a cidade e o mato na sociedade angolana, existente até hoje, ainda pode ser pensado a partir dos projetos de colonização e de desenvolvimento educacional, tecnológico e social implementados pelo colonizador. Essas políticas demarcaram não apenas "uma separação física entre as zonas rurais e as principais áreas colonizadas [...]; pois era um fosso cosmológico que encontrava equivalente na dicotomia bárbaro/civilizado"[52]. Desse modo, a "modernidade colonial" ainda se fazia presente nas divisões sociais e nas cargas de preconceito existentes em Angola após a independência, conforme é denunciado nos romances de Pepetela.

Ao nos voltarmos para o período colonial, Luanda é claramente vista como uma cidade segregada, sobretudo após a imigração de europeus colonizadores a partir da Segunda Guerra Mundial. As tensões raciais e sociais, incentivadas pela política administrativa portuguesa, intensificaram os preconceitos principalmente nos espaços de convivência, como cinemas, restaurantes e praias[53]. Essa estratificação social baseada em pressupostos de modernidade irá permanecer, tal como podemos ver retratado nos romances de Pepetela escritos após a independência. A partir deles, temos contato com uma narrativa sensível às "clivagens não só geográficas, mas sobretudo culturais", em que as diferenças não se davam apenas entre europeus e os nativos, mas entre os próprios angolanos.[54] Certamente, os anos coloniais tiveram grande

51 Pepetela, *O cão e os caluandas*, 12.

52 Pepetela, *O cão e os caluandas*, 12

53 No caso dos cinemas, Washington Nascimento afirma que existiam salas para "civilizados" (brancos, crioulos e "novos assimilados"), que seriam localizadas em áreas nobres de Luanda e salas para os "não civilizados", localizados em áreas mais periféricas da cidade. Além disso, existiam também diferenças nos filmes exibidos. Ver: Washington Nascimento, *Homens e mulheres do mato em uma cidade segregada* (no prelo). Para mais sobre o assunto, ver tese do mesmo autor: Washington Santos Nascimento, "Gentes do mato: os 'novos assimilados' em Luanda (1926-1961)" (tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2013).

54 Nascimento, "Gentes do mato".

influência na vida social e cultural que estava em construção após a independência. Por mais que politicamente Angola tenha se tornado um país livre, as amarras culturais implantadas pelo colonizador ainda mantinham raízes mais difíceis de serem suplantadas. E são essas sensibilidades sociais que apenas a memória, a literatura e as artes, de um modo geral, podem realçar e trazer à baila as problematizações de uma época. Enquanto a história oficial do Estado ignorava essas diversidades e os preconceitos ainda existentes, os romances de Pepetela contribuíam para conhecermos a sociedade angolana dentro das suas complexidades.

Todavia, através da literatura de Pepetela aqui analisada, notamos que a partir de *O c*ão e os *caluandas* as críticas à sociedade angolana após a independência não ficaram exclusivamente restritas às heranças coloniais. Não era mais possível entender que os problemas angolanos enfrentados pela sociedade naquela altura seriam derivados apenas do período colonial. O desejo de construção de uma nação socialista apresentava impeditivos claramente identificáveis entre os personagens construídos pelo autor. Se antes se entendia a possível construção de uma sociedade socialista como ferramenta de superação das contradições existentes na sociedade angolana, nos romances aqui abordados já não há essa esperança.

A partir dos sujeitos em seus romances, Pepetela vai reconstruir uma série de estórias que têm como objetivo apontar para os desvios políticos-sociais do país. É a traição a um projeto de nação que não se daria somente entre as cúpulas do governo, embora essas tenham papel de destaque na construção dessa nação, mas também entre os homens que se relacionam com o Estado e, mais, entre a sociedade. Assim, seus romances lançam luz para as permanências, ambiguidades, avanços e recuos na construção da nação angolana, compreendendo que não é um projeto acabado, mas que se refaz no tempo e nos novos desafios após a independência.

É interessante, ainda, buscarmos compreender, a partir das leituras dos romances de Pepetela, o quanto o projeto de uma identidade nacional criada após a independência terá sucesso na sociedade. O MPLA,

logo após a independência, irá liderar um projeto nacionalista que terá como objetivo romper com todo o passado colonial, inaugurando um novo tempo, pautado ideologicamente pelo socialismo. A negação das tradições, retratadas como arcaicas e impeditivas da construção de uma modernidade, constituíram um dos pilares do governo. Todavia, os efeitos dessas posturas entre a sociedade vão realçar o quanto esse projeto conseguiu ser mobilizador na prática cotidiana.

Escrito em 1995, *O desejo de Kianda* retoma o tema a partir de um processo narrativo que se caracteriza em explorar as ambiguidades existentes entre um projeto de construção nacional liderado pelo Estado e o seu nível de aceitação entre a sociedade em geral. Levando em consideração o contexto político do período em que foi escrito o livro, o retorno da guerra após as eleições e as disputas políticas entre os dois principais partidos, o MPLA e UNITA, o romance traz reflexões acerca das divisões que ainda caracterizam a sociedade, fruto também de uma política colonial. A estória se desenvolve em torno das vicissitudes de Carmina Cara de Cu (CCC), membro do MPLA, e seu marido, João Evangelista. A partir deles, nos envolveremos com os debates do período que irão tangenciar as mudanças econômicas em Angola, assim como as políticas com a abertura para o multipartidarismo na década de 1990. Poderemos ver que, rapidamente, Carmina, militante ávida do partido, se acomodará com a economia socialista da mesma forma que, posteriormente, se renderá à abertura para o capitalismo, possibilitando novos meios de enriquecimento para CCC.

A todo tempo, ao longo do romance, aparecem demarcadas as estratificações sociais e econômicas existentes em Angola que, independente do modelo político existente, continuam sendo impeditivas da construção de uma identidade nacional única e unitária. Assim, a partir dos personagens do romance, podemos nos ater às permanências de discursos que apontam para os desafios de construir uma sociedade igualitária e unida, característica de um projeto nacional revolucionário defendido anteriormente:

> Começa a constar que alguns umbundu estão a ser perseguidos pelos populares. Alguns tiveram de abandonar as casas e fugir.
>
> - Quê que esperavam? – disse Carmina.
>
> - Os umbundu não votaram nos nossos inimigos? Agora vão sofrer.
>
> - Nem todos votaram assim, os resultados estão aí para o provar. E eles são também povo, já esqueceste as lições antigas? – disse o marido. – É preciso sempre defender a unidade nacional, um só Povo, uma só Nação.
>
> - São umbundu, deixaram de ser povo!
>
> (...)
>
> - Eles não perseguiram os nossos, fossem os nossos kimbundu ou umbundu ou muíla ou kikongo?
>
> - Pensava que nós éramos diferentes – falou Margarida pela primeira vez. Depois fez um ar de susto por ter irreflectidamente contrariado CCC.[55]

O trecho acima é um diálogo entre Carmina Cara de Cu (CCC) e seu marido, João Evangelista, umbundu[56] por parte de pai, mas kimbundu por parte de mãe e natural de Luanda, o que é significativo para a análise, pois veremos adiante o quanto o pertencimento a áreas mais urbanizadas afetou diretamente as escolhas políticas. Torna-se interessante nos atentarmos para o quanto o discurso pautado em uma nação coesa e harmônica é representado por Pepetela como volátil e frágil em meio aos próprios membros do MPLA. Carmina era dirigente do partido e em um momento de raiva negava a cidadania angolana aos umbundu, se afastando dos pressupostos nacionalistas pregados outrora. Essa posição da personagem se repete em outros momentos, em que por vezes, em lampejos de fúria, Carmina reafirma seus preconceitos e se distancia das ideologias que levaram o movimento ao poder político.

55 Pepetela, *O desejo de Kianda* (Lisboa: Dom Quixote, 2005), 37.

56 Língua bantu falada pelos ovimbundu, congregando cerca de 37% da população angolana.

Ao nos voltarmos para o contexto histórico do período, não devemos ficar surpresos. Como vimos, os debates eleitorais de 1991 estiveram cercados por discursos étnicos, principalmente reforçados pela campanha da União Total pela Independência de Angola (UNITA), que contava com uma base de apoio muito forte dos ovimbundu. Por outro lado, o MPLA buscava se afastar desses componentes étnicos e raciais que os limitavam politicamente, preferindo direcionar a sua campanha para a valorização da paz, da conciliação e dos debates. O tom utilizado era muito mais apaziguador, em uma clara demonstração de diálogo com uma sociedade que vinha cansada de um cenário de guerra[57]. A UNITA mantinha então um discurso de confronto e ameaçador que buscava garantir o eleitorado étnico.

O resultado das eleições trouxe a vitória para o MPLA. Todavia, é fundamental conhecermos esse processo e as estratégias políticas utilizadas pelo partido para podermos refletir posteriormente sobre a cultura política angolana que vinha se modificando. Ao nos voltarmos para a campanha eleitoral do MPLA notamos o quanto esta apresenta um grau maior de profissionalismo do que os outros partidos, utilizando, inclusive, os serviços de uma empresa de *marketing* brasileira[58]. Como estratégia, Bittencourt ressalta que houve a preocupação em escutar a sociedade angolana, montando a campanha a partir dos interesses que viessem à tona nas milhares de enquetes que foram propostas por entrevistadores contratados. Destaca-se, no resultado eleitoral, o indício de uma Angola menos étnica e mais nacionalista[59]. Ainda sob essa perspectiva, os resultados oficiais das eleições também demonstraram que, embora a questão étnica ainda fosse um fator fundamental para

57 Bittencourt, "Angola: tradição, modernidade e cultura política".

58 Marcelo Bittencourt chama a atenção para a diversificação do quadro de profissionais envolvidos, entre eles jornalistas renomados, cientistas políticos e publicitários voltados para o *marketing* político. Ver: Marcelo Bittencourt, "As eleições de 1992", *Revista TEL* 7, n.º 2 (jul./dez. 2016): 170-192.

59 Algumas das perguntas das pesquisas: "Angola sempre foi governada por alguém do Norte. Está na hora de alguém do Sul ir para o governo de Angola?" Responderam sim 13,2%, não 69,1% e não souberam ou não responderam 17,7%; "A 'Nação Umbundo' sempre foi governada por outros angolanos. Está na hora da 'Nação Umbundo' ir para a presidência?" Responderam sim 17,4%, não 64,4% e não souberam ou não responderam 18,2%". Ver: Bittencourt, "As eleições de 1992", 178.

analisarmos a política angolana, ela não foi determinante, pois outros fatores como a vivência urbana comprovaram ser mais decisivos para a escolha dos candidatos[60].

Ao compreendermos que a construção do nacionalismo angolano deve ser analisada a partir de dois momentos distintos – o da luta de libertação nacional e o da afirmação de novas entidades políticas no contexto pôs-independência –, é fundamental que nos atentemos para os diálogos existentes entre a construção do Estado e a formação de uma identidade nacional em Angola. Através dos romances de Pepetela aqui trabalhados, escritos após a independência, podemos ver o quanto o nacionalismo pode assumir posições de confronto com o Estado, mas também o quanto um ideal de nação pode ser trabalhado e concatenado em prol de uma unidade.

Considerações finais

Ao longo das narrativas de Pepetela escolhidas para o desenvolvimento do artigo, pudemos nos deparar com algumas questões que ainda aparecem como empecilhos à coesão da nação. Temas como etnia, raça e regionalismo, assim como as disputas políticas no país, ainda são muito presentes no pós-independência e ganham novos contornos com os debates entre os personagens. Um dos principais recursos discursivos de Pepetela em seus livros é o uso da polifonia, característica que lhe propicia debater um assunto a partir de diferentes perspectivas, enriquecendo as complexidades existentes em Angola. Essa possibilidade de enxergar a realidade traz novos questionamentos, e as cisões internas aparecem acompanhadas de reflexões que se dão entre os personagens.

Por mais que seja notório que a sociedade angolana já nascia rachada com a independência, visto a permanência de uma guerra civil

60 A UNITA recebeu a maior parte de seus votos das regiões do Planalto Central, Leste e Sudeste do país, mas perdeu votos consideráveis em regiões mais urbanizadas. E há de se considerar que 50 a 60% da população residia em área urbana naquele período. Para mais, ver: Bittencourt, "As eleições de 1992", 187-188.

em Angola[61], os romances de Pepetela parecem se voltar mais para as fissuras dentro do Estado-partido, dentro do governo e das suas franjas, buscando as motivações internas que faziam ruir o projeto nacional almejado. Quando o cenário da guerra aparece nos romances aqui analisados, levando em consideração as diferenças entre uma guerra anterior a 1992 e as novas características da guerra que irrompe após as eleições[62], surge através da perspectiva do sofrimento, da destruição e de uma desumanização. A sociedade como um todo é vítima do conflito que separa famílias, arruína a vida dos jovens e rompe com as esperanças de uma nação livre e independente. As diferenças políticas, principalmente entre a UNITA e o MPLA, não fazem parte da narrativa das suas estórias. A escolha do escritor é a de problematizar o governo, a formação do Estado e as complexidades existentes. É muito mais uma crítica interna a partir de sujeitos que vivem ao redor da máquina burocrática do Estado e do MPLA, embora não haja nenhum questionamento sobre a legitimidade política do movimento ao assumir o poder a partir da independência.

Dessa forma, é interessante considerarmos quanto o MPLA, enquanto único partido no poder, buscou ignorar as clivagens sociais existentes em Angola, e com isso tolher as manifestações raciais, étnicas/"tribalistas"[63] e regionais, muitas vezes enquadrando-as como obscurantistas e ultrapassadas. Os debates sobre o que é ser nacional e o que é nação eram controlados e encobertos por uma narrativa oficial que privilegiava a noção de povo angolano, ignorando as particularidades e subjetividades existentes[64]. Nesse sentido, é fundamental nos

61 Tanto o MPLA quanto a FNLA e a UNITA tiveram seus "contextos históricos construídos na vivência colonial. Uma vivência fragmentada entre regiões com lógicas sociais e econômicas muito distintas e que a ideia de construção da nação não seria capaz de superar". Ver: Marcelo Bittencourt, "Nacionalismo, Estado e guerra em Angola", em *A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África*, ed. Norberto Ferreras (Rio de Janeiro: FGV, 2015), 145-170.

62 Uma das grandes mudanças no cenário de guerra é a existência de conflitos urbanos no segundo momento, o que vai ser responsável pela aproximação da sociedade civil com as destruições causadas pela guerra: destruição de prédios, embates nas ruas, medo e caos em áreas centrais de Angola. Ver: Bittencourt, "Angola: tradição, modernidade e cultura política".

63 Em romances de Pepetela, como *Mayombe*, essa expressão é a mais usual.

64 Marcelo Bittencourt e Augusto Nascimento, "Quatro décadas de independência: da cartilha ideológica às contingências políticas e sociais nos PALOP", *Estudos Ibero-Americanos* 42, n.º 3 (2016): 797-814.

voltarmos para o modo como Pepetela aborda e representa essa relação do nacional em seus romances após a independência.

Através dos personagens de Pepetela percebemos como as ideologias são manobradas com o objetivo de tirar proveito individual. Da mesma maneira, os laços de amizade também são firmados como facilitadores para o engrandecimento pessoal. Embora o MPLA buscasse negar o tradicional, a nomeação política muitas vezes ainda valorizava as proximidades regionais e tribais[65].

Portanto, entre as narrativas aqui analisadas podemos perceber as permanências de preconceitos regionais, étnicos e raciais que não condiziam com os pressupostos defendidos pelo Estado-partido. As limitações ao alcance das ideias nacionais totalizantes, assim como à influência socialista, esbarravam em culturas políticas muito arraigadas em Angola. Portanto, mesmo tendo sido essas obras escritas vinte anos após a independência, dentro de um cenário de crítica da literatura aos desvios do regime político, os personagens de Pepetela continuam levantando questionamentos sobre quem seria angolano. Do mesmo modo, as diferenças existentes no território continuam sendo uma realidade: elas não foram apagadas com a independência.

As mudanças de diretrizes nacionais do MPLA a partir da década de 1990, que deixaram de ser restritas às ideologias socialistas, trouxeram novas relações entre a sociedade e o Estado. O nacionalismo ainda continua sendo um elemento mobilizador que, por incrível que pareça, ganhou ainda mais força a partir do prolongamento da guerra civil[66]. Portanto, a partir destas problemáticas, tornou-se essencial debatermos de modo mais amplo o político nos romances de Pepetela.

65 Bittencourt, "Angola: tradição, modernidade e cultura política", 142.

66 Bittencourt, "As eleições de 1992".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras literárias:

Pepetela. *O desejo de Kianda*. Lisboa: Dom Quixote, 2005.

———. *O cão e os caluandas*. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

———. *A geração da utopia*. São Paulo: Leya, 2013.

Rui, Manuel. *Quem me dera ser onda*. Rio de Janeiro: Ghriphus, 2005.

Obras gerais:

Anderson, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

Araújo, Kelly. "Um só povo, uma só nação: o discurso do Estado para a construção do homem novo em Angola". Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2005.

Azevedo, Cecília. "Identidades compartilhadas. A identidade nacional em questão". Em *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*, organizado por Rachel Soihet e Martha Abreu, 163-178. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

Bittencourt, Marcelo. "História contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas". Em *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*, 161-185. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

———. "Angola: tradição, modernidade e cultura política". Em *Tradições e modernidades*, organizado por Daniel Aarão Reis, Hebe Maria Mattos, João Pacheco de Oliveira, Luís Edmundo de Souza Moraes e Marcelo Ridenti, 131-152. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

———. "Nacionalismo, Estado e guerra em Angola". Em *A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África*, organizado por Norberto O. Ferreras, 145-170. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

———. "As eleições de 1992". *Revista TEL* 7, n.º 2 (julho/dezembro 2016): 170-192.

Bittencourt, Marcelo, e Augusto Nascimento. "Quatro décadas de independência: da cartilha ideológica às contingências políticas e sociais nos PALOP". *Estudos Ibero-Americanos* 42, n.º 3 (2016): 797-814.

Carvalho Filho, Silvio. *Angola: história, nação e literatura (1975–1985)*. Curitiba: Editoras Prismas, 2016.

Chatterjee, Partha. "Comunidade imaginada por quem?". Em *Um mapa da questão nacional*, organizado por Gopal Balakrishnan, 255-271. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Figueiredo, Fábio Baqueiro. "Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos". Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2012.

Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Laban, Michel. *Angola: encontro com escritores*, vol. 1. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1991.

Lima, Manuel dos Santos. *Os anões e os mendigos*. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

Mabeko-Tali, Jean-Michel. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962–1977)*. Vol. 1. Luanda: Nzila, 2001.

Marcon, Frank Nilton. "Leituras transatlânticas: diálogos sobre identidade e o romance de Pepetela". Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

Marcon, Frank Nilton. "Os romances de Pepetela e a imaginação da nação em Angola". *História Revista* 16 (2011): 31-51.

Marzano, Andrea. "'Nossa dança, nossos pais, nossos filhos': apontamentos para uma história social do carnaval luandense". *Revista TEL* 7, n.º 2 (2016): 67-88.

Mata, Inocência. "Literatura e política em Angola hoje". *Matraga* 19, n.º 31 (2012): 83-98.

Messiant, Christine. "Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition I". *Lusotopie* 1 (1994): 155-210.

Nascimento, Washington Santos. "Gentes do mato: os 'novos assimilados' em Luanda (1926–1961)". Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2013.

Neto, Maria Eugénia da Conceição. "As fronteiras por dentro da nação". Comunicação apresentada na conferência *Angola: a crise e o desafio democrático*, Luanda, 24-26 de agosto de 1992.

Oliveira, Ricardo Soares de. *Magnífica e miserável: Angola desde a guerra civil*. Lisboa: Tinta-da-china, 2015.

Santos, Arnaldo. *Na Mbanza do Miranda*. Luanda: INALD, 1984.

Vieira, Luandino. Em *Angola: encontro com escritores*, organizado por Michel Laban. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1991.

Referência para citação:
Machado, Carolina Bezerra. "A escrita da história de Angola e os desafios da literatura ao campo". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 83-110. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.38920.